



ANO 15 Nº 10
Outubro de 2006

Carta de Conjuntura FEE

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria da Coordenação e Planejamento
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

As três alternativas do Brasil

A democracia, com as eleições, cria a possibilidade de que a disputa política provoque modificações na política econômica. A política é, antes de tudo, conflito, e conflito é acordo e desacordo a todo o instante. Só que, por ocasião das eleições, mesmo quando um presidente possa ser reeleito, as chances de metamorfose da configuração de forças no poder sempre existem. As alterações, ou não, em verdade, resultam do embate de grupos sociais que, na profundidade da sociedade, afetam a política e, por efeito de nomeações, pressões, sugestões, chantagens, alianças e imposições, requerem reformulações no curso da política econômica.

Feita essa observação, três são as possibilidades de política econômica do Governo. A primeira não é uma mudança, é, de fato, uma continuidade, a do modelo de expansão financeira. As finanças, que prosseguem soberanas, mantêm a sua dominância sobre o Estado, e a política econômica desenvolve-se na mesma direção de uma política macroeconômica restrita: moeda, câmbio, finanças públicas e privadas. Isso quer dizer fixação do superávit primário; regulação da atração de capitais e das pressões inflacionárias pela taxa de juro; taxa de câmbio flutuante; controle dos gastos públicos; controle do balanço de pagamentos (da balança comercial e das transações correntes); controle das reservas cambiais do País; etc. Enfim, um projeto de continuação, mas com provável aumento da miséria e de desordens públicas.

A segunda possibilidade é que a negociação política das forças sociais conduza a um modelo financeiro, sim, mas com uma ênfase no desenvolvimento. O caminho viria por meio de uma estratégia do Governo focada nas parcerias com o setor privado. Estamos falando de obras de infra-estrutura, ligadas, por um lado, ao setor externo, como portos, ferrovias, estradas, etc., ou realizadas, de outro, em função da expansão da construção civil: saneamento básico, energia, transporte, etc. Os dois setores-chave puxariam, assim, todo o resto da economia, tratando de aliar os mercados interno e externo. Ficaria como grande questão o financia-

mento. E as soluções chegariam pelo capital internacional, pela parceria setor público/setor privado e por investimentos do Banco Mundial.

A terceira possibilidade vem de uma variante dessa segunda, mas com uma participação maior do Estado. Seria esse mesmo programa de desenvolvimento da infra-estrutura, expandido, no caso, para o continente. Agruparia, assim, os grandes capitais internacionais e nacionais em companhia de capitais sul-americanos. A diferença de fundo está no retorno de uma liderança do Estado, forma de contrabalançar, na globalização, a participação estatal em países como a China, por exemplo. Só que esse ponto dependeria de uma negociação demorada e extensa com o FMI e o capital financeiro, da participação financiadora do Banco Mundial e de um entendimento amplo com governos e empresas da região. Como vemos, uma forma ampliada da segunda possibilidade, que, por questão de tempo, poderia ser implementada até como desdobramento dessa trajetória.

A democracia abre, pelas eleições, o destino do poder. E o futuro do País começa aqui, neste espaço de negociação das três alternativas. As finanças não estão dispostas a ceder o seu rico modelo, mas, talvez, sejam capazes de negociar uma alternativa de desenvolvimento, desde que continuem com a sua farta multiplicação da renda. Para tal, a sociedade tem que encontrar uma configuração de forças que aja no sentido de implementar um projeto de nação. Um projeto de nação e não apenas um projeto de poder. Naturalmente, o projeto de nação passa pelo poder, mas não se reduz ao controle do Estado. Um projeto de nação concerne a vários aspectos: uma estratégia para definir o lugar do Brasil no cenário internacional; uma escolha de um modelo econômico; uma definição de uma política econômica e social; e a construção de uma burocracia que administre o Estado em função desse projeto. De qualquer maneira, não é pouco o que começa a se decidir no processo eleitoral. Há que ter coração, força e razão.

Enéas de Souza (FEE/CEES)

Quimificação da agricultura: o uso de fertilizantes e agrotóxicos no Brasil e no RS

Como parte da construção de indicadores de desenvolvimento sustentável no Brasil, com informações relacionadas ao uso dos recursos naturais e à degradação ambiental, encontram-se os indicadores de uso de fertilizantes e de agrotóxicos na agricultura brasileira. Sua inclusão justifica-se pela dimensão do potencial poluidor e dos riscos à saúde humana associados aos produtos químicos utilizados na atividade agrícola.

Entre as unidades da Federação, percebe-se uma grande variação: os fertilizantes são mais amplamente usados no Distrito Federal (273,91 kg/ha), em Roraima (230,13 kg/ha) e em Minas Gerais (220,55 kg/ha), e, por sua vez, os agrotóxicos têm maior uso proporcional em São Paulo (8,05 kg/ha), no Distrito Federal (6,13 kg/ha) e em Goiás (4,22 kg/ha). O Rio Grande do Sul, com 142,89 kg/ha de uso de fertilizantes e 2,62 kg/ha de agrotóxicos, encontra-se um pouco abaixo da média brasileira, que é de 143,62 kg/ha para o primeiro e de 3,13 kg/ha para o segundo.

Face ao impacto ambiental e aos riscos ao bem-estar da população acarretados pela quimificação da agricultura, coloca-se como desafio aos planejadores e aos pesquisadores a redução do uso desses insumos ou, ao menos, dos seus níveis de toxicidade.

Utilização total de fertilizantes e agrotóxicos por unidade de área, no Brasil e em estados selecionados — 2001-02

ESTADOS E BRASIL	(kg/ha)	
	UTILIZAÇÃO DE FERTILIZANTES	UTILIZAÇÃO DE AGROTÓXICOS
Distrito Federal	273,91	6,13
Goiás	202,43	4,22
Mato Grosso	208,77	3,33
Mato Grosso do Sul ...	168,09	4,03
Minas Gerais	220,55	2,87
Paraná	124,51	3,44
Rio Grande do Sul	142,89	2,62
Roraima	230,13	2,71
Santa Catarina	148,94	3,03
São Paulo	217,91	8,05
Brasil	143,62	3,13

FONTE: IBGE. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável — Brasil 2004. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

Clítia Helena Backx Martins (FEE/CIE)

Tarifas de celular niveladas

A competição via tarifas, na telefonia celular, no RS começou a ocorrer a partir da entrada da prestadora Claro no mercado, em 1998. Com atuação agressiva na tarifa de móvel para móvel, a VC-2, a Claro fixou o valor de R\$ 0,33 o minuto, cerca de 60% mais baixa do que a da Vivo (originária da CRT), que cobrava R\$ 0,58 o minuto, enquanto a tarifa da chamada local de móvel para fixo, a VC-1, era similar. A Vivo só reduziu de fato a VC-2 de R\$ 0,77 para R\$ 0,58 em 2003, com a chegada das novas entrantes, a Brasil Telecom Celular e a TIM. Esta última fixou a VC-2 em 19% a menos que a Vivo e a Claro (R\$ 0,47) e manteve um valor similar na VC1. Por sua vez, a Brasil Telecom aplicou tarifa VC-2 com valor semelhante aos da Claro e da Vivo (R\$ 0,60 o minuto) e a VC-1 com valor 11% menor (R\$ 0,40 minuto).

Entre 2003 e 2005, as prestadoras passaram a aplicar os reajustes anuais nas tarifas alinhadas, diferenciando-se um

pouco nos ajustes da VC-1, que depende dos acordos de interconexão das redes. Em 2006, a TIM e a Brasil Telecom Celular definiram valores iguais para VC-1 e VC-2 (R\$ 0,97 e R\$ 0,89 respectivamente), enquanto a Vivo e a Claro optaram por valores menores para VC-1 (R\$ 0,78) e superiores para VC-2 (R\$ 1,01).

A prática de tarifas pouco diferenciadas e niveladas sugere que ocorreu uma mudança na busca de maior participação no mercado: abrandamento da disputa via tarifas e acirramento da disputa pela preferência dos usuários através de melhores tecnologias, planos promocionais, planos pré-pagos, troca de aparelhos celulares por outros mais atrativos, oferta de serviços de comunicação de dados, caixa postal, acesso à *internet*, etc., para bem diferenciar seus serviços.

Tarifas de telefonia celular no RS — 1997/2006

ANOS	(R\$)							
	VC-1 (móvel—fixo)				VC-2 (móvel—móvel)			
	Vivo	Claro	Tim	Brasil Telecom Celular	Vivo	Claro	Tim	Brasil Telecom Celular
1997	0,27	-	-	-	0,58	-	-	-
1998	0,27	0,26	-	-	0,58	0,33	-	-
2000	0,33	0,32	-	-	0,71	0,41	-	-
2002	0,35	0,35	-	-	0,77	0,45	-	-
2003	0,45	0,45	0,47	0,40	0,58	0,58	0,47	0,60
2005	0,52	0,52	0,65	0,60	0,67	0,68	0,65	0,60
2006	0,77	0,78	0,97	0,89	1,00	1,01	0,97	0,89

FONTE: <http://www.anatel.gov.br>

NOTA: Planos básicos de serviços com tributos do minuto normal.

Renato A. Dal Maso (FEE/CEES)



Tenha acesso a esta e a outras publicações em nossa Home Page
www.fee.rs.gov.br

Carta de Conjuntura FEE

Especialização industrial segundo a intensidade tecnológica

O padrão de especialização industrial do Rio Grande do Sul segundo o nível de intensidade tecnológica é bem diferenciado daquele observado em outros estados. A indústria gaúcha pode ser caracterizada como não especializada em setores de alta intensidade tecnológica (IT) e especializada em setores de média-alta e média-baixa IT. Já São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná são claramente especializados em setores de alta IT. Como a inovação e o conhecimento tecnológico são fatores muito importantes para o crescimento econômico, a ausência de especialização em setores de alta IT, na indústria gaúcha, é preocupante, notadamente na análise comparativa com outros estados. Em certo sentido, essa característica pode ser considerada paradoxal, pois a economia gaúcha possui boa infra-estrutura e um dos maiores conteúdos de capital humano do País. Setores de alta IT contribuem para o aumen-

to da produtividade das demais indústrias e apresentam menor sensibilidade a crises econômicas, na medida em que sua competitividade está baseada em vantagens tecnológicas, de modo que ajustamentos transitórios para baixo nas suas margens de comercialização podem ser absorvidos sem necessariamente provocar elevada redução de emprego. Já setores de média-baixa e baixa IT possuem margens de comercialização mais deprimidas, e seu ajustamento, em momentos de crise, é acompanhado de fortes reduções de emprego e da sua atividade econômica. Na indústria gaúcha, tais setores respondem por 78% do emprego industrial. No cenário econômico recente do Rio Grande do Sul, cabe indagar-se em que medida esse perfil de especialização produtiva favorece o Estado ou o torna mais vulnerável ao longo do ciclo econômico.

Coeficiente de especialização industrial, segundo a intensidade tecnológica, em estados selecionados do Brasil — 2003

ESTADOS	INTENSIDADE TECNOLÓGICA			
	Alta	Média-Alta	Média-Baixa	Baixa
SP	1,19	1,28	0,97	0,72
RJ	1,11	0,58	0,88	1,21
MG	0,63	0,81	1,48	1,07
RS	0,90	1,38	1,25	0,72
PR	1,30	0,66	0,81	1,07
SC	0,66	0,46	0,98	1,56

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE/Pesquisa Industrial Anual 2003.

NOTA: O coeficiente de especialização foi calculado pela medida de quociente locacional, a partir dos dados de Valor da Transformação Industrial. Valores acima da unidade indicam especialização, e valores abaixo da unidade indicam não-especialização. A classificação dos setores segundo a intensidade tecnológica foi definida pelo IBGE, considerando a relação entre os gastos setoriais em P&D e a receita líquida de vendas, sendo disponibilizada na Pesquisa Industrial Anual 2003.

Alexandre Alves Porsse (FEE/CIE)

Indústria gaúcha acumula taxas de crescimento negativas

A produção da indústria de transformação gaúcha, avaliada pelo indicador acumulado do IBGE (PIMpf), teve uma queda de 3,70% nos sete primeiros meses de 2006, como resultado de uma combinação de fatores desfavoráveis que atingiram alguns dos segmentos com maior participação na estrutura produtiva estadual. O desempenho negativo, contudo, não se restringe ao ano em curso. Desde janeiro de 2005, vêm sendo contabilizadas sucessivas variações negativas no volume de produção física, o que coloca o RS entre os estados de pior desempenho industrial, ao lado do Paraná e de Santa Catarina.

No caso do RS, a estrutura produtiva concentrada na produção de bens de consumo não duráveis e a pauta de exportação, composta, em grande medida, por produtos do

agronegócio, explicam a sucessão de resultados negativos. O impacto das duas estiagens consecutivas (com a quebra da safra de grãos de 40% em 2004 e de 70% em 2005) e das reduções das vendas externas da carne de frango, em decorrência da gripe aviária e da queda dos preços das *commodities* agrícolas em período mais recente, somado aos efeitos danosos do câmbio valorizado, atingiu atividades de grande peso no parque fabril gaúcho: calçados e artigos de couro; produtos químicos (especialmente herbicidas e fertilizantes); e máquinas e implementos agrícolas e equipamentos. Os resultados positivos foram registrados pelos segmentos produtores de alimentos e veículos, beneficiados pela expansão da produção de carnes bovinas e carrocerias para ônibus.

Variação percentual acumulada no ano da produção física, por atividades industriais, no Rio Grande do Sul — jan.-jul./06

ATIVIDADES INDUSTRIAIS	JAN-MAR/06	JAN-JUN/06	JAN-JUL/06
Indústria de transformação	-1,65	-3,92	-3,70
Fumo	7,74	-9,20	-8,11
Calçados e artigos de couro	-2,37	-9,11	-8,69
Alimentos	5,47	4,47	4,82
Produtos químicos	-3,00	-2,25	-1,70
Produtos de metal — exclusive máquinas e equipamentos	-11,45	-10,32	-11,44
Máquinas e equipamentos	-16,06	-18,20	-18,25
Veículos automotores	-0,26	2,98	3,26

FONTE: Produção física industrial: número-índice, Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/> Acesso em: 22 set. 2006.

NOTA: Os dados têm como base igual período do ano anterior = 100.

Maria Lucrecia Calandro (FEE/CEES)

A economia da Metade Sul no limiar de uma nova era

As profundas diferenças no desenvolvimento das economias regionais privilegiando a estruturada na Metade Norte do Rio Grande do Sul costumam ser associadas à impermeabilidade das unidades de produção dedicadas à exploração de bovinos de corte e/ou ovinos à penetração da lavoura temporária. A “grande” transformação na economia da Metade Sul do Estado dar-se-ia, por conseguinte, pela expansão da lavoura temporária em terras cedidas pela pecuária de corte.

O mapa da evolução da área de grãos, no mais recente surto de crescimento da atividade, mostra que, entre 1990 e 2004, o aumento da área de cultivo se deu justamente em direção ao sul, mais especificamente para o sudoeste (mesorregião Sudoeste do IBGE), ocorrendo inclusive uma redução da área de grãos no conjunto das microrregiões que compõem a principal região graneleira do Rio Grande do Sul (mesorregião Nordeste).

O rebanho bovino em cabeças, por outro lado, não decresceu nessas regiões de fronteira de expansão da lavoura, evidenciando uma melhoria nos índices de produtividade física da pecuária — sustentada pela difusão do sistema de produção que a integra à lavoura.

É isso que faz crer que o crescimento da lavoura — dentro dos limites das condições físicas dadas pela capacidade dos solos e pelas condições do clima — é sustentável, isto é, não há que se esperar uma reversão das terras de cultivo a pasto, como, ao contrário, apostar que estão dadas as condições para a continuidade de sua expansão. O limite de cresci-

mento da pecuária, nessas circunstâncias, dependeria da continuidade de seus ganhos de produtividade, compensando as perdas de área para a lavoura.

Assim, em um horizonte de médio prazo, não parece vir da lavoura o ataque à pecuária. A ameaça, e bem concreta, viria dos novos e importantes investimentos que estão sendo feitos, na Metade Sul, por grandes empresas industriais na área de celulose e papel. Esses investimentos compreendem, também, a estruturação de um setor florestal a elas integrado em cadeias produtivas e espalhado por vários municípios da região, amparado por um forte esquema de logística.

Mas parece razoável supor que parte dos pastos que serão revertidos em florestas se associam preferencialmente a terras impróprias para cultivos anuais — que abundam na Metade Sul — e que abrigam uma pecuária com baixos índices de produtividade.

Assim, delinea-se um cenário para a Metade Sul com uma estrutura econômica mais diversificada e dinâmica, com o crescimento da lavoura de grãos integrada à pecuária de corte mais produtiva, nas terras de maior potencialidade de uso, e com a constituição de um forte setor florestal associado a cadeias agroindustriais.

A julgar pelas intenções de investimentos materializadas em projetos na carteira do Fundopem, as transformações da economia da região vão mais além, abrangendo a ampliação e/ou a instalação de novas empresas em vários ramos industriais, apoiados por inversões em logística e na geração de energia.

Investimentos confirmados, por setores produtivos, na Metade Sul do RS — jan./03-ago./06

SETORES E EMPRESAS	INVESTIMENTOS (R\$ mil)	PARTICIPAÇÃO %
Celulose, papel e papelão.....	6 610 000	21,51
Aracruz Celulose.....	3 560 000	11,58
Votorantim Celulose e Papel (florestas e fábrica).....	3 000 000	9,76
Sora-Enso (florestas e fábrica).....	50 000	0,16
Energia	2 479 850	8,07
Metal-mecânico, automotivo, indústria naval	2 202 297	7,17
Logística e serviços	233 255	0,76
Produtos alimentícios	174 354	0,57
Farmacêutico	77 122	0,25
Bebidas	54 216	0,18
Químico-petroquímico e borracha	50 314	0,16
Madeira, móveis e artefatos	31 000	0,10
Têxtil-vestuário e couro-calçados	550	0,00
Subtotal da Metade Sul	11 912 958	38,76
TOTAL DO ESTADO	30 736 077	100,00

FONTE: SEDAI-SEMIC.

NOTA: Os dados incluem projetos aprovados no Fundopem; aprovados e com decreto publicado; aprovados, com decreto publicado e protocolo assinado; e os com investimentos confirmados com projetos em análise no Sistema Estadual de Atração e Desenvolvimento de Atividades Produtivas (SEADAP).

Maria D. Benetti (FEE/CEES)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 29.09.06).

ISSN 1517-7262

A Carta de Conjuntura FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editoriais. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria da Coordenação e Planejamento.

Tiragem: 800 exemplares.



Fundação de Economia e Estatística
Siegfried Emanuel Heuser

Presidente: Antonio Carlos C. Fraquelli

Diretor Técnico: Álvaro Antônio Louzada Garcia

Diretor Administrativo: Antonio Cesar Gargioni Nery

Conselho Editorial da Carta: Álvaro Antônio Louzada Garcia, Adalberto Alves Maia Neto, Marinês Zandavali Grandó e Roberto da Silva Wiltgen.

Núcleo de Dados: Marilene Gauer (coordenação), Ana Maria de Oliveira Feijó e Jussara Lima do Nascimento.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre

CEP 90010-283

E-mail: conjuntura@fee.tche.br

www.fee.rs.gov.br

Editoração

Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig.

Revisão

Coordenação: Roselane Vial. Revisores: Breno Camargo Serafini, Rosa Maria Gomes da Fonseca, Sidonia Therezinha Hahn Calvete e Susana Kerschner.

Editoria

Coordenação: Ezequiel Dias de Oliveira. Composição, diagramação e arte final: Cirei Pereira da Silveira, Denize Maria Maciel, Ieda Koch Leal e Rejane Maria Lopes dos Santos. Conferência: Elisabeth Alende Lopes e Rejane Schmitt Hübner. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva.